

## A Região Metropolitana de Manaus: um estudo sobre alguns indicadores financeiros dos municípios

The Metropolitan Region of Manaus: a study on some financial indicators of municipalities

Marcélia Torres da Silva Nogueira<sup>1</sup>  
Bartolomeu Miranda Pereira<sup>2</sup>

### Resumo

O presente estudo buscou analisar os indicadores financeiros dos municípios de Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, da Região Metropolitana de Manaus, utilizando os métodos e técnicas da contabilidade pública, particularmente os do grupo de liquidez, endividamento e solvência dos balanços patrimoniais e interpretá-los, por meio dos dados publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional, responsável pela divulgação dos Demonstrativos das Contas Anuais dos Municípios Brasileiros. O levantamento dos dados foi realizado através de pesquisas bibliográfica e documental e a análise dos dados foi realizada de forma quantitativa e qualitativa. Os resultados demonstram que no período analisado algumas entidades públicas estão em situação desfavorável em relação as obrigações de curto e de longo prazo, com três municípios incapazes de honrar com os seus compromissos. Os municípios de Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus e Presidente Figueiredo apresentaram endividamento de longo prazo acima de 67%. Na conclusão, o estudo aponta os municípios de Presidente Figueiredo, Manaus, Manacapuru e Careiro com os melhores índices de liquidez corrente, imediata e seca. Destaca ainda que os municípios com maior solvência de longo prazo são Novo Airão e Careiro da Várzea. Os municípios de Itacoatiara e Manacapuru apresentaram uma situação deficitária em razão de seus passivos a descoberto.

### Palavras-chave

Contabilidade Pública. Indicadores financeiros. Balanços Patrimoniais. Municípios.

### Abstract

The objective of the present study is to analyze some financial indicators of Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo and Rio Preto da Eva, municipalities in the Metropolitan Region of Manaus, using the methods and techniques of public accounting, with special interest on the liquidity, indebtedness and solvency of Balance Sheet and interpret using data provided by the Secretaria do Tesouro Nacional, the organization in charge of the publication of the Statements of Annual Accounts of Brazilian Municipalities. Data collection was done through bibliographical and documentary research, and data analysis was performed both in a quantitative well as in a qualitative way. The results show that in the period under analysis some public entities were in an unfavorable situation in relation to short and long term obligations, with three municipalities being unable to honor their commitments. The municipalities of Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus and Presidente Figueiredo had long-term indebtedness above 67%. In conclusion, the study shows the municipalities of Presidente Figueiredo, Manaus, Manacapuru and Careiro with the best current, immediate and dry liquidity indices. It should be noted that the municipalities with the longest solvency are Novo Airão and Careiro da Várzea. The municipalities of Itacoatiara and Manacapuru presented a deficit due to their long-term liabilities.

### Keywords

Public accounting. Financial indicators. Balance sheets. Municipalities

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Contábeis. Universidade Federal do Amazonas - UFAM. marcelia.torres@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorando em Administração Dinter USP/UEA. Professor da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. bartolomeupereira@ufam.edu.br

## **Introdução**

A contabilidade pública brasileira rege-se pela Lei Federal nº 4.320/1964 e é também balizada pela Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, pelas normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, pela lei nº 10.180/2001 e pelas portarias e instruções emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, que publica anualmente o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, documento que orienta sobre os procedimentos contábeis dos entes públicos.

O Conselho Federal de Contabilidade no ano de 2016 publicou a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual, que busca adequar-se aos padrões da contabilidade internacional exigidos pela *International Federation of Accountants* – IFAC, norteando a contabilidade pública e definindo a sociedade como usuária das informações e ampliando a transparência dos gastos públicos. A referida norma atende ao que propõe a Lei de Responsabilidade Fiscal que objetiva garantir o equilíbrio das contas públicas.

O objetivo geral desta pesquisa é realizar a análise dos indicadores financeiros de oito municípios da Região Metropolitana de Manaus, com base nos dados publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional, as normas e regras mencionadas nos parágrafos anteriores. Os objetivos específicos são identificar os indicadores do grupo de liquidez, endividamento e solvência dos balanços patrimoniais e interpretá-los.

Com base na análise dos indicadores dos entes públicos este estudo busca responder a questão: Qual a situação financeira dos

municípios de Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva no ano de 2015?

A metodologia utilizada, segundo os objetivos mais gerais foi a pesquisa descritiva, a coleta de dados feita através da pesquisa bibliográfica e documental, efetuando as técnicas de análise quantitativa em relação aos indicadores e qualitativa em relação a interpretação das informações. Os dados foram coletados no endereço eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional.

## **1. Referencial Teórico**

### **1.1 A Administração Pública**

A Administração Pública, de acordo com Kohama (2003, p. 29) “é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”.

Para Mazza (2011, p. 41) a expressão administração pública pode ser empregada em diferentes sentidos

A Administração Pública em sentido subjetivo ou orgânico é o conjunto de agentes, órgãos e entidades públicas que exercem a função administrativa. A Administração em sentido objetivo, material ou funcional, é a atividade estatal consistente em defender concretamente o interesse público.

### **1.2 Contabilidade Pública**

A administração pública utiliza a contabilidade pública para gerar informações patrimonial, financeira e orçamentária. De acordo com Kohama (2003, p. 47)

A contabilidade pública é um dos ramos mais complexos da ciência contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias,

financeiras e patrimoniais das entidades de direito público.

Para Mota (2009, p. 221) “a Contabilidade Pública é o ramo da ciência contábil aplicado à administração pública”. Complementando a sua afirmação Mota (2009, p. 222) diz que “a Contabilidade Pública estuda, registra, controla e demonstra o orçamento aprovado e acompanha a sua execução, os atos administrativos da fazenda pública e o patrimônio público e suas variações”.

Assim, segundo Mota (2009, p. 221)

Devido a necessidade de se controlar, quantificar, qualificar, analisar e demonstrar esse conjunto de bens, direitos e obrigações (patrimônio) provoca o surgimento da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que, ao utilizar princípios, critérios, métodos e técnicas de Ciência Contábil, é responsável pela tarefa de avaliação do patrimônio público. Além disso, dada a importância que o orçamento tem na vida de um órgão público, a contabilidade também acompanha a execução, trazida na arrecadação da receita e da realização da despesa.

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 7ª. edição (2017, p. 363), “a Contabilidade Aplicada ao Setor Público possibilita o apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e à instrumentalização do controle social”.

O artigo 48, § 2º. da Lei de Responsabilidade Fiscal trata da transparência da gestão fiscal

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.

O registro das formas como os órgãos da administração pública utilizam os recursos

arrecadados pode demonstrar se os serviços oferecidos à sociedade foram realizados de maneira eficiente e eficaz ou não. Em se tratando das exigências legais, o texto da NBC TSP Estrutura Conceitual - Conselho Federal de Contabilidade, de 23 de setembro de 2016, item 2.7 destaca,

A principal função dos governos e de outras entidades do setor público é a de fornecer serviços que aprimorem ou mantenham o bem-estar dos cidadãos e dos outros indivíduos. Esses serviços incluem, por exemplo: programas e políticas de bem-estar, educação pública, segurança nacional e defesa nacional. Na maioria dos casos, esses serviços são fornecidos como resultado de transação sem contraprestação em ambiente não competitivo.

Por essa razão é importante ressaltar a importância da prestação de contas do uso dos recursos públicos e a responsabilização, a NBC TSP Estrutura Conceitual, item 2.8 diz:

Governos e outras entidades do setor público devem prestar contas àqueles que proveem os seus recursos, bem como àqueles que dependam deles para que os serviços sejam prestados durante determinado exercício ou em longo prazo. O atendimento das obrigações relacionadas à prestação de contas e responsabilização (*accountability*) requer o fornecimento de informações sobre a gestão dos recursos da entidade confiados com a finalidade de prestação de serviços aos cidadãos e aos outros indivíduos, bem como a sua adequação à legislação, regulamentação ou outra norma que disponha sobre a prestação dos serviços e outras operações. Em razão da maneira pela qual os serviços prestados pelas entidades do setor público são financiados (principalmente pela tributação e outras transações sem contraprestação) e da dependência dos usuários dos serviços no longo prazo, o atendimento das obrigações relacionadas à prestação de contas e responsabilização (*accountability*) requer também o fornecimento de informação sobre o desempenho da prestação dos serviços durante o exercício e a capacidade de continuidade dos mesmos em exercícios futuros.

A NBC TSP Estrutura Conceitual também afirma que os usuários dos serviços públicos e os provedores/financiadores de

recursos necessitam de informações que dão suporte às seguintes questões, conforme texto abaixo:

- (a) o desempenho da entidade durante o exercício como, por exemplo, em:
  - (i) satisfazer a sua prestação de serviços e outros objetivos operacionais e financeiros;
  - (ii) administrar os recursos pelos quais é responsável; e
  - (iii) estar em conformidade com a legislação, regimentos orçamentários ou com os pronunciamentos de outro órgão ou entidade que regulamente a captação e a utilização dos recursos;
- (b) a liquidez (por exemplo, a capacidade de satisfazer as obrigações atuais) e a solvência (por exemplo, a capacidade de satisfazer as obrigações em longo prazo) da entidade;
- (c) a sustentabilidade da prestação de serviços pela entidade e de outras operações em longo prazo, e as mudanças decorrentes como resultado das atividades da entidade durante o exercício, incluindo, por exemplo:
  - (i) a capacidade de a entidade de continuar a financiar as suas atividades para satisfazer aos seus objetivos operacionais em futuro (a sua capacidade financeira), inclusive as fontes prováveis de financiamento e a extensão na qual a entidade depende de tais fontes e, portanto, é vulnerável ao financiamento ou a pressões por demandas que estariam fora do seu controle; e
  - (ii) os recursos físicos e outros disponíveis atualmente para dar suporte à prestação de serviços no futuro (a sua capacidade operacional); e
  - (d) a capacidade da entidade de se adaptar a novas situações, devido a mudanças demográficas ou nas condições econômicas nacionais ou globais que provavelmente irão impactar a natureza ou a composição das atividades que realiza ou os serviços que são prestados.

Lima e Diniz (2016, p. 6), afirmam que “os governos não são obrigados a produzir lucros ou acumular riquezas, mas têm a responsabilidade de atender as necessidades da comunidade e manter uma boa condição financeira”.

Lima e Diniz (2016, p. 12), afirmam ainda que

A informação financeira no setor governo tem por finalidades fundamentais subsidiar a avaliação da condição financeira governamental e contribuir para o processo de *accountability*, visto que é dever de todo governo prestar serviços públicos de qualidade, mantendo uma boa situação financeira e, afinal, prestar contas à população das ações realizadas.

As informações geradas pela contabilidade possibilitam à sociedade avaliar a gestão dos recursos disponibilizados e a compreensão de sua situação financeira e até mesmo econômica.

### 1.3 Balanço Patrimonial

Para Kohama (2003, p. 291), o Balanço Patrimonial “é o quadro de contabilidade de duas seções ativo e passivo, em que se distribuem os elementos do Patrimônio Líquido, igualando-se as duas somas com o patrimônio líquido”.

Lima e Diniz (2016, p. 38) afirmam que “o Balanço Patrimonial tem por finalidade evidenciar a situação patrimonial da entidade em um determinado momento, demonstrando de forma ordenada o ativo, o passivo e o patrimônio líquido”.

Lima e Diniz (2016, p. 38) afirmam ainda que “esse demonstrativo contábil evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação”.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 7ª. edição (2017, p. 382), afirma que o Balanço Patrimonial “permite análises diversas acerca da situação patrimonial da entidade, como sua liquidez e seu endividamento, dentre outros”.

## **1.4 Indicadores e Análise das Demonstrações Contábeis**

Para Iudícibus (2017, p. 103), “a finalidade da análise é mais do que retratar o que aconteceu no passado; as informações progressas fornecem sempre algumas bases para inferir o que poderá acontecer no futuro”.

O índice, conforme Matarazzo (2010, p. 81), “é a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”.

Matarazzo (2010, p. 84) afirma ainda que “os índices são divididos em índices que evidenciam aspectos da situação financeira e índices que evidenciam aspectos da situação econômica”.

Lima e Diniz (2016, p. 485) afirmam:

As medidas de liquidez da posição financeira e patrimonial do governo podem ser obtidas por meio dos seguintes indicadores: Capital Circulante Líquido (CCL), liquidez corrente, liquidez imediata, liquidez seca e liquidez geral. É importante ressaltar que essas medidas são similares às medidas utilizadas no setor privado com algumas adequações aos dados que pertencem exclusivamente a determinado fundo especial (governamental, proprietário e fiduciário). Assim, na análise de indicadores de liquidez dos fundos governamentais recomenda-se excluir do cálculo dessas medidas os itens do ativo circulante não conversíveis em caixa, como o montante do almoxarifado e das VPDs pagas antecipadamente. Quando há a utilização de informações de balanços consolidados que incorporam dados do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS (fundo fiduciário), recomenda-se excluir do cálculo dos indicadores de investimentos do RPPS, pois esses recursos destinam-se exclusivamente à cobertura de benefícios previdenciários.

Segundo Lima e Diniz (2016, p. 484), “a análise do balanço patrimonial também pode

ser feita por meio de indicadores de liquidez, de endividamento e de solvência”.

### **1.4.1 Índices de Liquidez**

As medidas de liquidez da posição financeira e patrimonial do governo podem ser obtidas por meio dos seguintes indicadores: capital circulante líquido (CCL), liquidez corrente, liquidez imediata, liquidez seca e liquidez geral (Lima e Diniz, 2016, p. 485).

Para Matarazzo (2010, p. 98) “os índices desse grupo mostram a base da situação financeira da empresa”.

### **1.4.2 Índices de Endividamento**

Dois indicadores de endividamento podem ser extraídos do Balanço Patrimonial, a Participação do Capital de Terceiros e a Composição do Endividamento.

A participação de capital de terceiros mede a relação entre capitais próprios e capitais de terceiros, mostrando a proporção entre passivo exigível e o patrimônio líquido da entidade. Esse indicador revela o risco financeiro da entidade ou a dependência a capitais de terceiros (Lima e Diniz, 2016, p. 486). Segundo Iudícibus (2017, p. 110) “se o quociente, durante vários anos, for consistente e acentuadamente maior que um, denotaria uma dependência exagerada de recursos de terceiros”.

A composição de endividamento indica quais percentuais da dívida deverão ser pagos a curto e a longo prazo. Segundo Matarazzo (2010, p. 90) “indica qual o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais”. Para Iudícibus (2017, p. 110) “representa a composição do Endividamento

Total ou qual parcela que se vence a curto prazo, no Endividamento Total”.

Para Lima e Diniz (2016, p. 486), “os indicadores de endividamento extraídos do balanço patrimonial revelam a forma de financiamento das atividades do governo aferindo a composição da estrutura de capital (recursos próprios x recursos de terceiros)”.

Ainda, segundo Marion (2012, 94), “é por meio desses indicadores que apreciaremos o nível de endividamento da empresa”.

### 1.4.3 Índice de Solvência

Segundo Lima e Diniz (2016, p.487) afirmam que a capacidade de pagamento de longo prazo “demonstra a capacidade do governo em pagar todas as dívidas de curto e longo prazo contando com os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo”.

Quadro 1. Descrição dos indicadores utilizados

Indicadores	Fórmulas	Significado
<b>Liquidez</b>		
1. Capital Circulante Líquido (CCL)	(Ativo circulante – almoxarifado – VPDs antecipadas – investimentos do RPPS) – passivo circulante	Positivo: tem potencial de geração de caixa. Negativo: Não tem potencial de geração de caixa.
2. Liquidez Corrente	(Ativo circulante – almoxarifado – VPDs antecipadas – investimentos do RPPS) / passivo circulante	Maior que 1: presença de CCL Menor que 1: ausência de CCL Igual a 1: nulo
3. Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo Circulante	<i>Timing</i> entre ativo e passivo. Próxima ou acima de 1: <i>Superávit</i> financeiro.
4. Liquidez Seca	(Ativo circulante – almoxarifado – VPDs antecipadas – investimentos do RPPS – estoques) / passivo circulante	Maior que 1: presença de CCL Menor que 1: ausência de CCL Igual a 1: nulo
<b>Endividamento</b>		
5. Participação de Capitais de Terceiros	Passivo Circulante + Passivo não – circulante/Patrimônio Líquido	Mostra a dependência do governo em relação a capitais de terceiros.
6. Composição do endividamento	Passivo Circulante / Passivo Circulante + Passivo não-circulante	Quanto da dívida total deverá ser pago a curto e longo prazo.
<b>Solvência</b>		
7. Solvência de Longo Prazo	(Ativo Circulante – Almoxarifado- VPDs antecipadas) + Ativo Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo não-circulante	Também conhecido como indicador de liquidez geral. Demonstra a capacidade do governo em pagar todas as dívidas de curto e longo prazo.

Fonte: Lima e Diniz (2016) adaptado pelos autores.

### 1.5 Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, que terá abordagem quantitativas pela observação, registro, análise e interpretação dos dados.

A amostra da pesquisa abrange oito municípios da Região Metropolitana de Manaus. Os municípios analisados são Careiro

da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva.

O levantamento dos dados foi realizado através de pesquisas bibliográfica e documental. Para Marconi, Lakatos (2003, p. 174), “a pesquisa documental está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Já a

pesquisa bibliográfica, para Marconi; Lakatos (2003, p. 183), “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo”.

O método utilizado foi a análise dos indicadores para obtenção de informações de natureza quantitativa.

Os dados utilizados foram obtidos no endereço eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional, em acesso à área titulada Tesouro Transparente, posteriormente em acesso à seção Demonstrativos das Contas Anuais dos Municípios Brasileiros e subseções Exercício 2015 Anexo IAB e Exercício 2015 Anexo IHI.

As técnicas de análise serão quantitativa em relação aos indicadores e qualitativa em relação a interpretação das

informações. Para Goldenberg (2004, p. 53) “os dados qualitativos não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-lo e analisá-lo. Não existindo regras precisas e passos a serem seguidos”. Em relação ao método quantitativo, Goldenberg (2004, p. 61) afirma que “os métodos quantitativos simplificam a vida social limitando-a aos fenômenos que podem ser enumerados”, diz também que “as abordagens quantitativas sacrificam a compreensão em troca do rigor matemático”.

## 1.6 Resultados

Neste item são apresentados os indicadores dos municípios estudados e a análise dos resultados.

Tabela 1. Cálculo dos indicadores de análise do balanço patrimonial

Municípios	Capital C. Líquido	Liquidez Corrente	Liquidez Imediata	Liquidez Seca	Participação de Capitais de Terceiros	Composição do Endividamento-CP	Composição do Endividamento-LP	Solvência de LP
Careiro da Várzea	4.866.247,57	4,76	4,76	4,76	0,04	77%	23%	3,73
Iranduba	7.986.766,34	1,44	1,44	1,44	2,50	33%	67%	0,63
Itacoatiara	14.093.701,14	Inaplicável	2,35	Inaplicável	Passivo a descoberto	6%	94%	0,28
Manacapuru	30.150.587,30	4,97	3,38	3,38	Passivo a descoberto	4%	96%	0,23
Manaus	1.759.176.296,19	Inaplicável	6,19	Inaplicável	0,35	14%	86%	2,93
Novo Airão	24.142.217,32	3,84	3,84	3,84	0,25	100%	0%	3,84
Pres. Figueiredo	8.775.120,27	25,23	24,48	24,48	0,60	5%	95%	1,34
Rio Preto da Eva	10.254.393,05	2,21	2,21	2,21	0,31	77%	23%	1,76

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional

### 1.6.1 Município de Careiro da Várzea/AM

Observa-se que o município apresenta capacidade financeira positiva no valor de R\$ 4.866.247,57 em relação ao cumprimento das suas obrigações de curto prazo. Em relação a liquidez corrente, imediata e seca apresentaram o resultado de 4,76, pois não houve variações patrimoniais diminutivas antecipadas, almoxarifado, investimentos e estoques, então os indicadores se confundem em um só. Para

cada R\$ 1,00 de dívida a entidade dispõe de R\$ 4,76 de dinheiro e de recursos que podem ser transformados em dinheiro.

O grau de endividamento foi de 0,04 em relação a participação de capital de terceiros, o que significa que a entidade tem uma estrutura de capital com 4% de capital de terceiros e 96% de capital próprio. O município possui baixo risco financeiro e baixa dependência das instituições de crédito.

O indicador de endividamento de curto prazo apresentou um resultado de 77%, concentrando as dívidas em curto prazo, indicando assim a necessidade de receitas imediatas para honrar os seus compromissos.

O município possui solvência de longo prazo de 3,73, significando que para cada R\$ 1,00 de dívida possui R\$ 3,73 de recursos para cumprir com as obrigações de curto e de longo prazo.

### **1.6.2 Município de Iranduba/AM**

O resultado apresentou capacidade financeira positiva no valor de R\$ 7.986.766,34 em relação ao nível de liquidez de curto prazo. Em relação à liquidez corrente, imediata e seca, obteve-se o resultado de 1,44, pois não há variações patrimoniais diminutivas antecipadas, almoxarifado e investimentos, então os indicadores se confundem em um só, significando que para cada R\$ 1,00 de dívida o governo dispõe de 1,44 para honrar com os compromissos de curto prazo.

O grau de endividamento de 2,5 no indicador Participação de Capital de Terceiros revela uma participação exagerada de recursos de terceiros e alta dependência e vulnerabilidade financeira da entidade.

A composição do endividamento de longo prazo foi de 67%. O município não precisa de receitas imediatas para honrar os seus compromissos.

A solvência de longo prazo apresentou um resultado de 0,63, revelando que o município não possui capacidade de honrar todas as suas obrigações de curto e de longo prazo. A capacidade de cumprir com as dívidas

de curto e de longo prazo é de 63%, ou seja, para cada R\$ 1,00 de obrigações o município possui apenas 0,63. Com este indicador a entidade tem grande possibilidade de recorrer as operações de crédito.

### **1.6.3 Município de Itacoatiara/AM**

O município apresentou capital circulante líquido positivo no valor de R\$ 14.093.701,14 em relação à capacidade de honrar seus compromissos de curto prazo. Em relação à liquidez corrente e seca, o indicador é inaplicável, pois o balanço patrimonial não informa a porcentagem do investimento do Regime Próprio de Previdência – RPPS, o que impossibilitou o cálculo dos indicadores. Em relação à liquidez imediata, esta apresentou um valor de 2,35. Isso significa dizer que a cada R\$ 1,00 de dívida a entidade dispõe de R\$ 2,35 de dinheiro e de recursos que podem ser transformados em dinheiro.

O município possui uma situação deficitária em relação ao grau de endividamento em razão de seu passivo a descoberto. Para cumprir seus compromissos necessitará de empréstimos ou de transferências de outros entes governamentais.

A composição do endividamento de longo prazo foi de 94%. Muito importante monitorar as dívidas nos próximos anos, pois o aumento das dívidas pode implicar e redução dos serviços públicos aos cidadãos.

A solvência de longo prazo foi de 0,28, revelando que o município não possui capacidade de honrar todas as suas obrigações de curto e de longo prazo. A capacidade de cumprir com as dívidas de curto e de longo prazo é de 28%, o que pode ocorrer de a entidade recorrer as operações de crédito.

#### **1.6.4 Município de Manacapuru/AM**

O município apresentou capacidade de cumprir as suas obrigações de curto prazo no valor de R\$ 30.150.587,30. Na liquidez corrente apresentou um índice de 4,97, demonstrando que para cada R\$ 1,00 de dívida a entidade dispõe de R\$ 4,97 de dinheiro e de recursos que podem ser transformados em dinheiro.

Em relação à liquidez imediata e seca apresentou um resultado de 3,38, indicando que para cada R\$ 1,00 de dívida a entidade dispõe de R\$ 3,38 de dinheiro e de recursos que podem ser transformados em dinheiro. Os valores se confundem pela não ocorrência de variações patrimoniais diminutivas antecipadas, almoxarifado, estoques e investimentos.

O município possui uma situação deficitária em relação ao grau de endividamento em razão de seu passivo a descoberto. Para cumprir seus compromissos necessitará de empréstimos ou de transferências de outros entes governamentais.

A composição do endividamento de longo prazo foi de 96%. Também é importante monitorar as dívidas deste ente nos próximos anos, pois o aumento das dívidas pode implicar e redução dos serviços públicos aos cidadãos.

A solvência de longo prazo foi de 0,23, revelando que o município não possui capacidade de honrar todas as suas obrigações de curto e de longo prazo. A capacidade de cumprir com as dívidas de curto e de longo prazo é de 23%, o que pode ocorrer de a entidade recorrer as operações de crédito. Demonstra ainda que é o município com menor capacidade de cumprir com as dívidas de longo e curto prazo.

#### **1.6.5 Município de Manaus/AM**

O município apresenta capacidade financeira positiva no valor de R\$ 1.759.176.296,19 em relação a capacidade de honrar seus compromissos de curto prazo.

Em relação à liquidez corrente e seca, o indicador é inaplicável, pois o balanço patrimonial não informa a porcentagem do investimento do Regime Próprio de Previdência – RPPS, não sendo assim possível determinar os indicadores. Em relação à liquidez imediata, esta apresentou um valor de 6,19, indicando que a cada R\$ 1,00 de dívida a entidade dispõe de R\$ 6,19 para honrar com as obrigações de curto prazo.

A participação de capital de terceiros foi de 35% contra 65% de capital próprio, revelando uma baixa participação e baixa dependência financeira do município.

A composição do endividamento de longo prazo foi de 86%. Em razão de a dívida estar concentrada no longo prazo, o município não precisa de receitas imediatas para honrar os seus compromissos.

A solvência de longo prazo foi de 2,93, revelando que o município possui capacidade de honrar todas as suas obrigações de curto e de longo prazo.

#### **1.6.6 Município de Novo Airão/AM**

O município apresenta capacidade financeira positiva no valor de R\$ 24.142.217,32 em relação ao cumprimento das suas obrigações de curto prazo.

Em relação à liquidez corrente, imediata e seca, verifica-se que estas

apresentaram o resultado de 3,84, não havendo variações patrimoniais diminutivas antecipadas, almoxarifado, investimentos, estoques e baixa disponibilidades, situação em que os indicadores se confundem em um só. Para cada R\$ 1,00 de dívida a entidade dispõe de R\$ 3,84 de dinheiro e de recursos que podem ser transformados em dinheiro.

A participação de capital de terceiros foi de 25% contra 75% de capital próprio, indicando que a entidade possui baixa dependência em relação a capital de terceiros.

O indicador de endividamento de curto prazo apresentou um resultado de 100%. Como a dívida está concentrada no curto prazo há a necessidade de obter receitas imediatas para honrar os compromissos.

Apesar de ter 100% das dívidas de curto prazo. O município possui solvência de 3,84 no indicador solvência de longo prazo, apresentando o melhor indicador de todos os municípios estudados.

#### **1.6.7 Município de Presidente Figueiredo/AM**

O município apresenta capacidade financeira positiva no valor de R\$ 8.775.120,27 em relação ao cumprimento das suas obrigações de curto prazo.

Na liquidez corrente apresentou um índice de 25,25, demonstrando que para cada R\$ 1,00 de dívida a entidade dispõe de R\$ 25,25 de dinheiro e de recursos que podem ser transformados em dinheiro.

Em relação à liquidez imediata e seca, o município apresentou um resultado de 24,48, significando que para cada R\$ 1,00 de dívida a

entidade dispõe de R\$ 24,48 de dinheiro e de recursos que podem ser transformados em dinheiro. Os valores se confundem pela não ocorrência de variações patrimoniais diminutivas antecipadas, almoxarifado, estoques, investimentos e baixa disponibilidade.

A participação de capital de terceiros foi de 60% contra 40% de capital próprio, indicando que a entidade alta tem dependência de capital de terceiros.

O indicador de endividamento de curto prazo apresentou um resultado de 5% indicando que não precisa de receitas imediatas para honrar os seus compromissos, pois a maior parte das dívidas são de longo prazo.

A solvência de longo prazo foi de 1,34, revelando que o município possui capacidade de honrar todas as suas obrigações de curto e de longo prazo.

#### **1.6.8 Município de Rio Preto da Eva/AM**

Na tabela observa-se que o município apresenta capacidade financeira positiva no valor de R\$ 10.254.393,05 em relação ao cumprimento das suas obrigações de curto prazo.

Em relação à liquidez corrente, imediata e seca, obteve-se o resultado de 2,21, pois não houve variações patrimoniais diminutivas antecipadas, almoxarifado, investimentos e estoques, então os indicadores se confundem em um só. Para cada R\$ 1,00 de dívida a entidade dispõe de R\$ 2,21 de dinheiro e de recursos que podem ser transformados em dinheiro.

O grau de endividamento foi de 31% em relação a participação de capital de terceiros. O

município possui baixo risco financeiro e baixa dependência das instituições de crédito.

O indicador de endividamento de curto prazo apresentou um resultado de 77% indicando a necessidade de receitas imediatas para honrar os seus compromissos. Possui uma concentração alta da dívida no curto prazo apresentando pressão para conseguir receitas imediatas para honrar os compromissos.

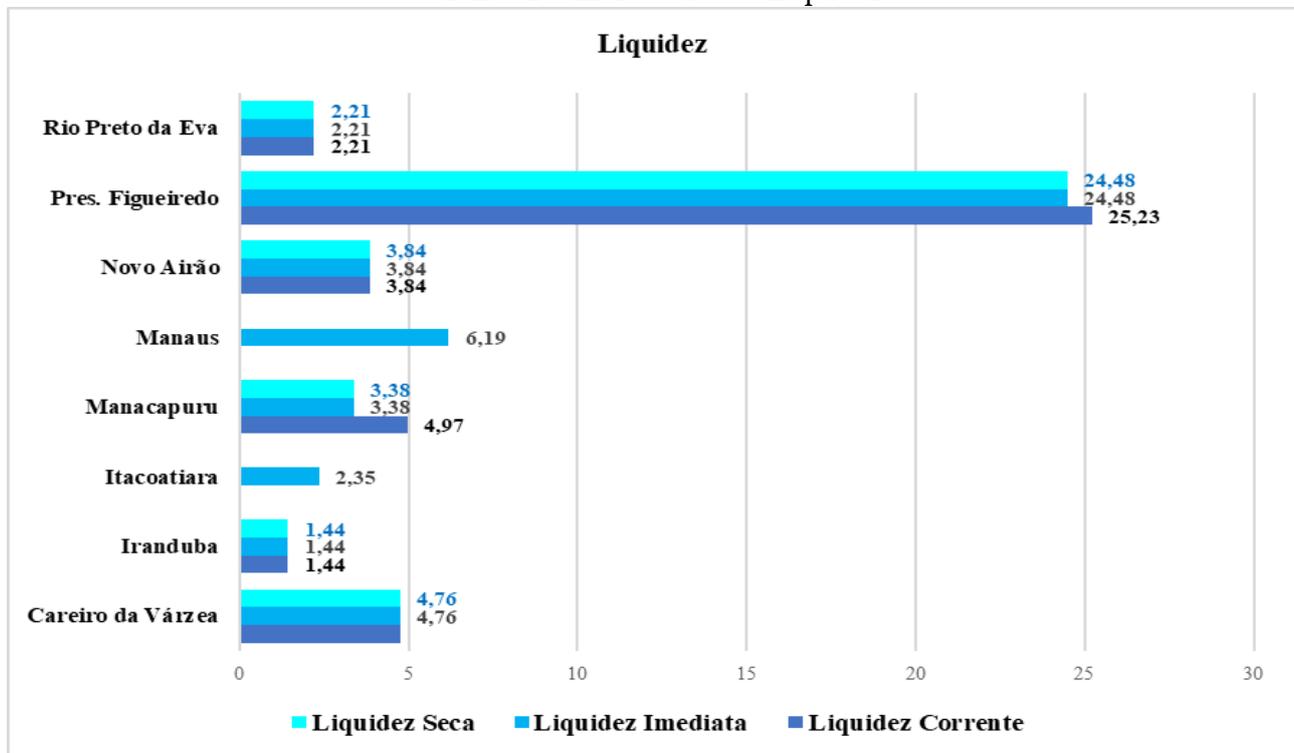
O município possui solvência de longo prazo de 1,76, significando que para cada R\$

1,00 de dívida possui R\$ 1,76 de caixa para cumprir com as obrigações de curto e de longo prazo.

### 1.7 Municípios e Indicadores

Dentre os municípios analisados o que apresentou melhores indicadores de liquidez foi o município de Presidente Figueiredo, com resultado 25,23 de liquidez corrente, 24,48 de liquidez imediata e 24,48 de liquidez seca.

Gráfico 1 – Indicadores de Liquidez

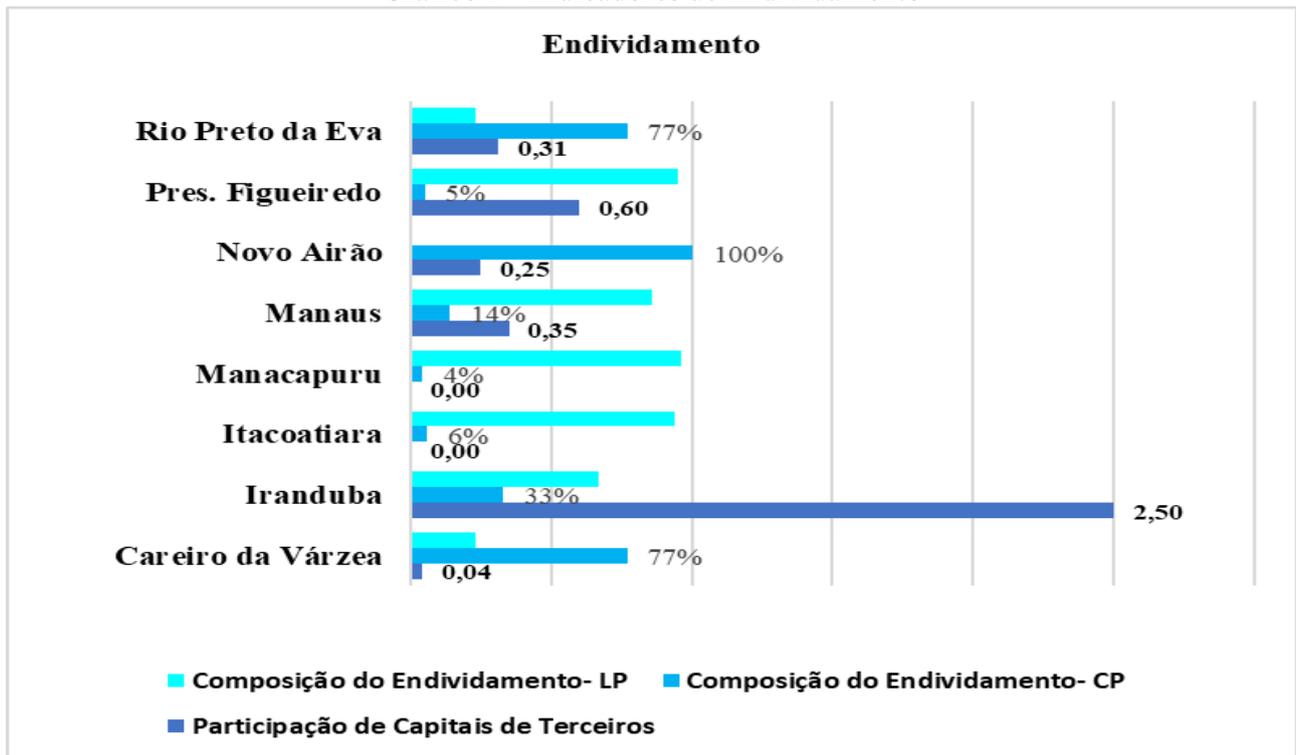


Fonte: Elaborado pelos autores

Dentre os municípios analisados o que apresentaram maior grau de endividamento foram os municípios de Irاندuba, Itacoatiara e Manacapuru, sendo que os dois últimos apresentaram situação deficitária em relação ao

grau de endividamento em razão de seu passivo a descoberto. As dívidas dos três municípios necessitam de monitoramento a fim de evitar a redução da prestação de serviços públicos aos municípios.

Gráfico 2 – Indicadores de Endividamento

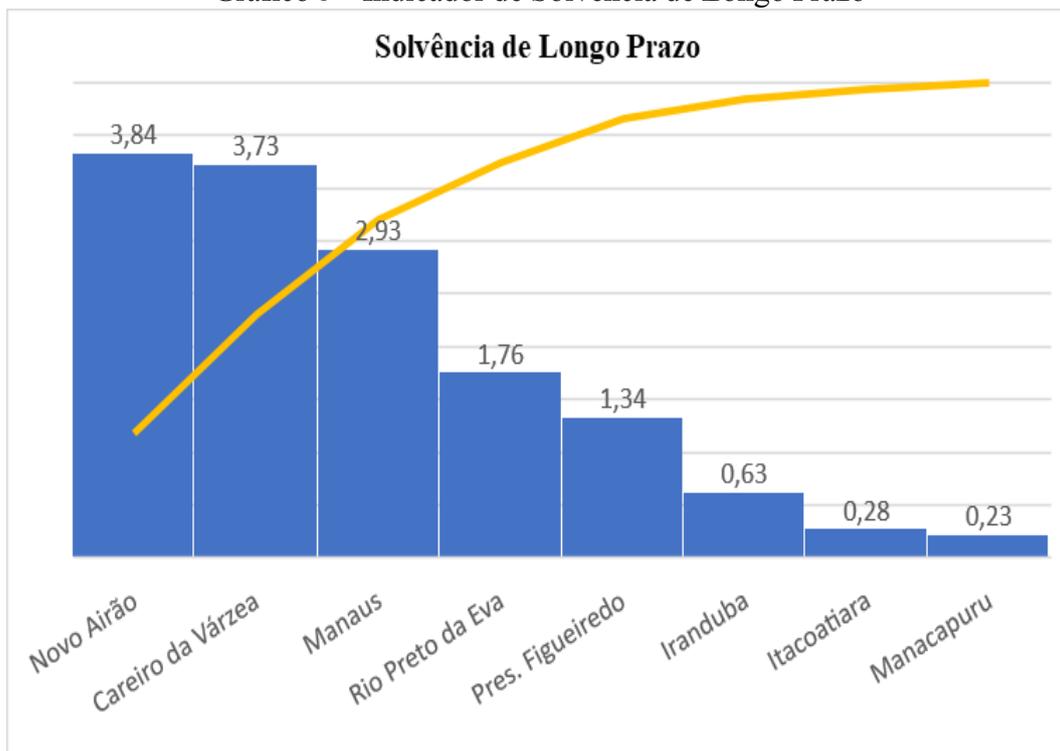


Fonte: Elaborado pelos autores

Os municípios que apresentaram maior solvência de Longo Prazo, significando a melhor capacidade de honrar as dívidas de

curto e longo prazo foram Novo Airão, Careiro da Várzea e Manaus, 3,84, 3,73 e 2,93, respectivamente.

Gráfico 3 – Indicador de Solvência de Longo Prazo



Fonte: Elaborado pelos autores

### **1.8 Limitações**

Esta pesquisa teve o foco na análise financeira de oito municípios da Região Metropolitana de Manaus, por meio dos dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional. A pesquisa limitou-se a análise do ano de 2015 em razão da indisponibilidade dos balanços municipais do ano de 2016, no período do estudo.

A pesquisa limitou-se ainda a analisar os oito municípios da Região Metropolitana de Manaus, conforme a Lei Complementar nº 59 de 27 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas na mesma data.

Ressalte-se que, em razão da utilização de um número relativamente limitado de indicadores, este trabalho tem caráter meramente demonstrativo da metodologia e das possibilidades abertas à análise, não permitindo que se chegue a conclusões mais abrangentes da situação global de cada município, limitando-se aos aspectos pontuais analisados.

### **Considerações Finais**

A contabilidade é efetivamente uma ferramenta de gestão importante para avaliar o desempenho das entidades. Na contabilidade pública brasileira, por conta da convergência aos padrões internacionais, várias mudanças vêm ocorrendo, pode-se citar a publicação da NBC TSP Estrutura Conceitual, que coloca os cidadãos na posição de usuário principal das informações contábeis dos entes públicos, possibilitando maior transparência e controle social.

Por esse motivo, o presente estudo teve como objetivo analisar de forma comparativa

os indicadores financeiros de oito municípios da Região Metropolitana de Manaus, no Estado do Amazonas, para obter informações quantitativas e qualitativas em relação a liquidez, endividamento e solvência dos municípios no ano de 2015.

Inicialmente, o estudo apresentou a fundamentação teórica do assunto, posteriormente analisou os indicadores de liquidez, endividamento e de solvência dos municípios, a partir dos dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, no intuito conseguir informações quantitativas e qualitativas e evidenciar a situação financeira de cada um.

Com relação aos indicadores de liquidez todos os municípios apresentaram resultados satisfatórios, uma vez que todos possuem capacidade de honrar os seus compromissos de curto prazo.

Quanto aos indicadores de endividamento, os municípios de Iranduba, Itacoatiara e Manacapuru apresentaram resultados preocupantes, o primeiro possui dívidas acima de 1, ou seja, dependência exagerada de recursos de terceiros e os dois últimos apresentaram passivo a descoberto. A composição das dívidas dos três entes está concentrada no longo prazo. Os outros cinco municípios apresentaram resultados abaixo de 1, resultado satisfatório.

Por fim, em relação ao indicador de solvência, os municípios de Iranduba, Itacoatiara e Manacapuru também apresentaram resultados preocupantes, demonstrando que não dispõem de ativos circulantes e de longo prazo suficientes para

pagar todas as dívidas de curto e de longo prazo. Já os outros cinco municípios mostraram-se satisfatórios, ficando o município de Presidente Figueiredo com o melhor indicador.

Nos balanços analisados não foi possível realizar um trabalho completo, uma vez que os dados divulgados não foram esclarecidos adequadamente em seu sentido amplo, impedindo análise mais precisa. Um exemplo desse problema com os dados foi a impossibilidade de se identificar corretamente o endividamento dos municípios de Itacoatiara e Manacapuru, deixando dúvidas se foram consequentes de investimentos ou para realizar

capital de giro, uma vez que os municípios apresentaram liquidez alta e passivo a descoberto.

A presente pesquisa tem a intenção de mostrar aos usuários das informações contábeis, principalmente a sociedade, a importância da utilização de indicadores de liquidez, endividamento e solvência para melhor compreensão da gestão pública. Deste modo, para obter outras informações mais precisas sobre a situação dos municípios, sugerem-se outras análises em nível mais amplo para acompanhamento da situação financeira das entidades públicas.

## Referências

- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Norma Brasileira de Contabilidade TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, <  
[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTSPEC&arquivo=NBCTSPEC.doc](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTSPEC&arquivo=NBCTSPEC.doc)>. Acesso em 05.06.2017.
- FREITAS, M.B; GOULARTE, J.L.L. Análise Comparativa dos Indicadores Econômico-Financeiros dos maiores municípios por população das Mesorregião do RS. Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade, nº. 18, volume 5, página 81, 2016.
- GOLDENBERG, M. A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª. ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Record, 2004.
- \_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, que organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.
- KOHAMA, H. Contabilidade Pública: Teoria e Prática. 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARION, J.C. Análise das Demonstrações Contábeis. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MATARAZZO, D.C. Análise Financeira de Balanços: abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2010.
- MAZZA, A. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2011.

MOTA, F. G. L. Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 1ª. ed. Brasília: Cidade, 2009.

SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 7. ed. Brasília, 2017. Disponível em < <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>>. Acesso em 05.06.2017.

SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL. Balanço do Setor Público Nacional. Disponível em < <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/balanco-do-setor-publico-nacional-bspn>>. Acesso em 05.06.2017.

SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL. Disponível em < <http://www.tesourotransparente.gov.br/ckan/dataset/dcam>>. Acesso em 01.11.2017.

## Anexo I – Balanço Nacional dos Municípios Brasileiros

Balanço Patrimonial dos municípios brasileiros em 31/12/2015								
Fonte: Siconfi - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro								
CONTA	Careiro da Várzea	Iranduba	Itacoatiara	Manacapuru	Manaus	Novo Airão	Presidente Figueiredo	Rio Preto da Eva
<b>Total do Ativo</b>	<b>41.065.934</b>	<b>77.660.156</b>	<b>147.466.780</b>	<b>85.800.333</b>	<b>9.425.277.163</b>	<b>43.085.834</b>	<b>118.398.522</b>	<b>46.594.569</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>6.159.269</b>	<b>26.291.465</b>	<b>24.461.331</b>	<b>37.752.210</b>	<b>2.089.498.387</b>	<b>32.649.925</b>	<b>56.796.358</b>	<b>18.714.323</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.616.243	19.632.875	5.225.764	19.707.762	444.061.943	962.628	9.762.497	2.724.890
Créditos a Curto Prazo	396.650		6.355.015	1.992.325	1.128.616.374		835.608	92.599
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.146.376	6.577.645	12.812.818	4.011.732	54.035.174	31.687.296	428.379	15.896.834
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo					416.649.280		44.083.869	
Estoques CP		80.945	67.734	12.040.392	45.701.381		1.686.004	
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente CP					434.236			
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>34.906.664</b>	<b>51.368.691</b>	<b>123.005.449</b>	<b>48.048.123</b>	<b>7.335.778.777</b>	<b>10.435.909</b>	<b>61.602.164</b>	<b>27.880.246</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>99.579</b>	<b>8.835.576</b>	<b>20.729.599</b>	<b>3.454.426</b>	<b>4.997.091.529</b>		<b>2.818.361</b>	<b>489.935</b>
Créditos a Longo Prazo		8.835.576	20.729.599	3.454.426	4.875.944.513		2.818.361	489.935
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	99.579				106.706.461			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo					14.440.555			
Estoques LP								
<b>Investimentos</b>			<b>1.149</b>		<b>330.581.378</b>			
<b>Imobilizado</b>	<b>34.807.086</b>	<b>42.533.114</b>	<b>102.274.701</b>	<b>44.593.697</b>	<b>1.993.403.738</b>	<b>10.434.784</b>	<b>58.783.804</b>	<b>27.390.310</b>
<b>Intangível</b>					<b>14.702.132</b>	<b>1.125</b>		
<b>Passivo e Patrimônio Líquido Total</b>	<b>41.065.934</b>	<b>77.660.156</b>	<b>147.466.780</b>	<b>85.800.333</b>	<b>9.425.277.163</b>	<b>43.085.834</b>	<b>118.398.522</b>	<b>46.594.569</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.293.021</b>	<b>18.304.699</b>	<b>10.367.630</b>	<b>7.601.623</b>	<b>329.887.854</b>	<b>8.507.707</b>	<b>2.251.364</b>	<b>8.459.930</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	66.735	645.782	763.359	60	25.405.705		22.345	3.342.516
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo							463.786	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	253.307	5.162.356	3.003.386	4.695.278	244.615.721	343.267	825.890	31.096
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		1.134					5.043	
Demais Obrigações a Curto Prazo	972.980	12.495.426	6.600.885	2.906.284	59.866.428	8.164.440	934.300	5.086.318
<b>Passivo não-Circulante</b>	<b>386.382</b>	<b>37.164.834</b>	<b>153.167.109</b>	<b>175.235.894</b>	<b>2.092.474.712</b>		<b>42.284.087</b>	<b>2.466.840</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	386.382	4.493.736	32.669.115	191.377	422.582.208		7.506.836	2.466.840
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo					651.217.434			
Fornecedores a Longo Prazo			1.296.372		5.546.296		299.622	
Obrigações Fiscais a Longo Prazo							11.957	
Provisões a Longo Prazo		32.671.097	119.201.622	175.044.517	1.008.087.743		34.465.671	
Demais Obrigações a Longo Prazo					5.041.032			
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>39.386.530</b>	<b>22.190.623</b>	<b>-16.067.959</b>	<b>-97.037.184</b>	<b>7.002.914.597</b>	<b>34.578.127</b>	<b>73.863.071</b>	<b>35.667.799</b>
Patrimônio Social e Capital Social								
Resultados Acumulados	39.386.530	22.190.623	-16.067.959	-97.037.184	7.002.914.597	34.578.127	73.863.071	35.667.799